

REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL - ATA Nº 005/2017

Aos vinte e sete de abril de dois mil e dezessete, na sede da Fundação Municipal de Saúde de Canoas, às oito horas e trinta minutos, na sede da Fundação Municipal de Saúde de Canoas, na Av. Santos Ferreira, nº 1895 – Canoas/RS, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva da FMSC para reunião ordinária, com as seguintes pautas previstas: análise das movimentações financeiras da FMSC referente ao mês de março de dois mil e dezessete e assuntos gerais. No momento da abertura encontram-se presentes: o presidente do Conselho Fiscal Eduardo Antônio Favero, o conselheiro Francisco Camillo, o Diretor Financeiro Marcos Juliano Ferreira e a Assessora Executiva Henriete Santos. Iniciada a reunião sem a presença do conselheiro Tabajara, haja visto já ter sido realizada uma remarcação desta reunião e tendo sido todos os membros convocados previamente. O presidente Eduardo dá por iniciada a reunião, Marcos expõe que o contador não irá se fazer presente pois não finalizou o balanço das contas do mês de março para apresentação. Eduardo reforça que as reuniões deverão ocorrer sempre na terceira quinta-feira do mês, o que o conselheiro Francisco concorda. Marcos pede para falar de alguns pontos que julga importante expor ao Conselho Fiscal: Inicia relatando que as médias do PIV/PROQUALI e gratificações do ano de dois mil e dezesseis não foram computadas nas médias salariais, desta forma não estavam incidindo os impostos devidos, esclarece que isso somente foi observado com a entrega dos Impostos de Renda, a partir do mês de março e que assim que identificado já foi regularizado, portanto, o mês de março já foi colocado em dia e iniciado as correções dos meses de fevereiro e janeiro do corrente ano, regularizando o período da atual gestão; Francisco questiona como será feito o ano de dois mil e dezesseis? Marcos explica que o problema será levado ao Conselho Curador para ser discutido de que forma será resolvido, pois haverá uma parcela de trabalhadores que sofrerão descontos. Francisco questiona como ficará para os trabalhadores já desligados, uma vez que realizada a rescisão não há mais vínculo, o que dificultará, ou impossibilitará a cobrança. Eduardo questiona como ficam as alíquotas de impostos não pagas; Marcos informa que deverá ser recolhido todos os valores devidos com multas, e que no momento já está sendo realizado um levantamento pelo escritório de contabilidade, a fim de se estimar os valores devidos. Francisco questiona se já há uma definição quanto a responsabilização do ato, lembrando que há uma cadeia referente ao ato administrativo, desde o contador, presidente e superintendente, e que esta responsabilização deve ficar bem clara. Eduardo questiona Marcos de que forma a fundação pretende resolver a questão financeira, já que não existe previsão de orçamento para esta finalidade. Marcos informa que como é de conhecimento do Conselho Fiscal, o contrato está previsto para finalizar em julho, o valor definido até então de quarenta e dois milhões não será o suficiente se quer para suprir a folha de pagamento, havendo a necessidade de suplementação. Informa também que a fundação está tentando habilitar mais duas equipes de saúde da família, relata que estas equipes já existem de fato, porém ainda não estão habilitadas. A diretora técnica Marcelina, chamada para elucidar as questões referentes as equipes de saúde da família informa que atualmente há projetos prontos para serem levados para a aprovação do Estado na CIB, informa que os mesmos já estão aprovados pelo Conselho Municipal de Saúde, relata que no município existem sessenta e três equipes de saúde da família, porém credenciadas são apenas cinquenta e quatro, sendo que o município recebe referente as que estão efetivamente credenciadas; a intenção é de credenciar as nove que faltam; hoje o município paga integralmente as

equipes que não estão habilitadas; na saúde bucal hoje existem vinte e oito equipes, sendo vinte e uma credenciadas; o total de agentes de saúde da família credenciados são duzentos e sessenta e dois e o quadro efetivo trezentos e doze, ficando portanto cinquenta de contrapartida única do município; para a regularização das nove equipes de saúde da família é necessário a contratação mais médicos, portanto as ações previstas são: a curto prazo, credenciar as equipes prontas já existentes; a médio prazo, ampliar com as equipes existentes com a contratação de alguns profissionais necessários; a longo prazo, formar novas equipes. Marcos diz aos conselheiros que é fundamental habilitar novas equipes para, a longo prazo, receber mais recursos do Ministério da Saúde, relata que já foi iniciada uma conversa com os vereadores para que todos saibam da real situação da fundação e qual a projeção que se tem para ela, demonstrando a eles quais as ações que estão sendo adotadas para organizar a parte financeira junto a SMS. Eduardo diz que havia um orçamento que não já não era suficiente para cumprir com as despesas necessárias e que agora estas despesas extras, certamente, aumentarão consideravelmente as despesas. Marcos diz que foi feito um levantamento geral de todos os contratos, que nunca foi realizado nenhum reajuste, que há o IPCA que nunca foi aditivado e que também os agentes migrados nunca foram repassados recursos financeiros, lembrando que são cento e sete agentes que foram totalmente absorvidos pela fundação. Eduardo diz que na época foi cobrado pelo Conselho Municipal de Saúde a realização deste termo aditivo. Marcos diz que houve uma falsa expectativa de orçamento ao utilizarem recursos do contrato anterior para suprir as necessidades deste, aos poucos foram adiantando notas para poderem cumprir com os compromissos. Eduardo questiona se já há uma previsão dos valores necessários para cobrir as despesas até o término do contrato. Marcos diz que serão necessários aproximadamente dezenove milhões (contabilizando: multas, INSS patronal...) ultrapassando consideravelmente as provisões, lembra que não foi realizado planejamento orçamentário e que os pagamentos do ano devem ultrapassar sessenta milhões; será pedido complementação para poder fechar as contas, os cálculos somente poderão ser finalizados após ser verificado se teremos ou não de pagar as multas referentes ao INSS patronal. Eduardo coloca que para serem habilitadas novas equipes de saúde da família será necessária alguma contrapartida do município. Fica sugerido pelos conselheiros que seja levado ao Conselho Curador a questão referente ao reequilíbrio do contrato, visto a questão do INSS patronal não estar definida, como sugestão os conselheiros pedem para participarem da próxima reunião do Conselho Curador, para juntos discutirem tais questões. Outra questão trazida a esta reunião diz respeito ao PACS, (décimo quarto salário dos ACS), para fins desta gratificação, em setembro de dois mil e dezesseis o município contava com duzentos e cinquenta agentes habilitados, sendo que de fato existem trezentos e doze, destes duzentos e cinquenta e sete são da fundação de saúde; Marcos diz que a SMS já recebeu os valores correspondentes para o pagamento daqueles cadastrados, porém para serem pagos todos será necessário uma complementação de sessenta e três mil reais, relata que está sendo visto junto a secretaria e sindicato de que forma será feito o pagamento, se o valor será dividido entre todos ou se a saúde fará a complementação. Os conselheiros relatam que não estão satisfeitos com o contador, devendo ser notificado a ele esta insatisfação, sendo colocado que o mesmo vem mantendo uma conduta reprovada, e que o mesmo deverá cumprir com suas atribuições e manter uma postura condizente com a finalidade de sua contratação. Os conselheiros mantêm a reunião na penúltima

quinta-feira do mês, sendo a próxima reunião no dia dezoito de maio, quando impreterivelmente o contador deverá apresentar as contas dos meses de março e abril para aprovação. Marcos repassará aos conselheiros o plano orçamentário, aproveita para relatar a eles que está sendo providenciada uma licitação para o sistema de informações, que contemplará desde o ponto biométrico nas unidades até o sistema contábil, este sistema deverá reduzir consideravelmente os custos com funcionários, pois todo o sistema será integrado. Eduardo questiona sobre a licitação do combustível; Marcos explica que está com o pessoal que faz as licitações, devendo estar pronto em breve; quanto aos tablets informa que já foi liberado uma parte realização de um projeto piloto em algumas unidades de saúde; Eduardo solicita, que se possível a Concobam seja contemplada, pois desta forma ele poderá acompanhar de perto e trazer os subsídios do que população demandar. Fica realizado o chamamento para a próxima reunião ordinária para o dia dezoito de maio, às oito horas e trinta minutos, neste mesmo local. Nada mais havendo a ser tratado, neste momento o presidente Eduardo dá por encerrada a reunião, em que para constar, eu Francisco, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada segue assinada por mim e pelos demais presentes.
